UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

JOELSON SILVA LEITE

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA
2019

JOELSON SILVA LEITE

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em uma escola do município de Senador José Porfírio e apresentado como requisito avaliativo.

Orientador: Professor Dr. André Santana

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD **Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L533r Leite, Joelson Silva Relato de experiência em uma escola do campo no município de Senador José Porfírio / Joelson Silva Leite. — 2019. 39 f.

Orientador(a): Prof. Dr. André Santana Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Ensino. I. Título.

CDD 500.1

Powered by
TCPDF
(www.tcpdf.org)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde e disposição que me permitiu a realização deste trabalho e por ter aberto esta porta, atendendo um pedido meu de oração.

À minha família, principalmente ao meu pai José Barbosa Leite (in memoriam) e a minha mãe Francisca Pereira Silva Leite por terem investido e acreditado nos meus estudos.

Ao meu orientador, Professor Doutor André Santana por ter me ensinado muito durante o período de orientação do TCC.

Aos professores da Educação Básica.

Aos diretores das escolas de estágio, Professor Adilherme Pena, Jacilene Costa, Isaac Mendonça (coordenador da Casa Familiar Rural).

Aos professores do campo de estágio: Ediel Moraes, Edwar Lins, Nixon Klauberg, pelo apoio, incentivo e confiança em relação ao estágio.

Aos movimentos sociais por garantir o Curso Educação do Campo em Senador José Porfírio.

Aos professores e colegas de faculdade, principalmente os meus colegas de estágio Cícero Jacinto e Alzenira Sousa pelo apoio e troca de conhecimento.

Ao pastor Ronaldo que me apoio com oração e com documentação na época que pastoreava a Igreja Evangélica CIADSETA.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram com a minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência baseado em três tempos comunidade, contendo argumentações reflexivas sobre aspectos infra estruturais e questões relacionadas aos cotidianos de docentes e discentes escolar. Este relato foi norteado pelo seguinte questionamento: As vivências durante os Tempos Comunidades em Maxiacazinho contribuíram efetivamente para a minha formação? O objetivo geral foi: argumentar acerca de contribuições e reflexões das vivências dos tempos comunidade relevantes em minha formação inicial. Os objetivos específicos foram os seguintes: caracterizar aspectos da realidade socioeducacional da Comunidade Maxiacazinho; analisar reflexivamente as vivências dos Tempos Comunidades. O relato de experiência foi construído sob a forma de textos referentes aos tempos-comunidade na escola da Maxiacazinho, na sequência em que os mesmos aconteceram. As discussões foram norteadas principalmente pela percepção que a relação entre os campesinos e a escola é significativa. Há um relevante histórico de lutas para manter a instituição funcionando. Percebi que existe um grande problema que é o processo de êxodo rural. Esse esvaziamento poderá fazer com que o campo seja visto apenas como um lugar de produção, caso não sejam inseridas políticas públicas que garantam a permanência dos comunitários no campo. A entrevista aplicada aos personagens envolvidos foi qualitativa e gerou um relato de experiência. O presente trabalho poderá subsidiar os próximos acadêmicos no sentido de dar embasamento teórico nos seus trabalhos.

Palavras-chave: Tempo comunidade. Ensino. Aprendizagem. Reflexões. Vivências.

Sumário

1- Introdução 6

Segundo tempo comunidade: reflexões importantes para a minha formação inicial 9

Terceiro tempo comunidade: reflexões importantes para a minha formação inicial 15

Socialização do II e III Tempo Comunidade: Avanços e desafios da Educação do Campo. 24

Considerações Finais:.....35

Referências Bibliográficas.....37

1- Introdução

O presente trabalho trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em forma de relato de experiência, resultado de três tempos comunidade realizados em Maxiacazinho entre os anos de 2016 a 2017.

A escola campo de pesquisa está localizada na zona rural, há 27 quilômetros da sede do município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará.

Durante duas pesquisas realizadas nos TC, e a socialização destes trabalhos na comunidade supracitada, identifiquei situações que levaram a crer que existe uma boa relação, uma relação de proximidade dos campesinos com a escola do campo. Isto tem uma relevância muito grande para o processo educacional, pois definem as conquistas ao longo dos anos.

Nesse sentido, Santos (2017, p. 16) argumenta que essa associação pode se dar sob formas verbais e não verbalizadas; ele associa esta ocorrência com fatores relacionados com sentimentos e pensamentos, afinal de contas:

> A interação humana revela-se complexa e está permanentemente ocorrendo sob a forma de comportamentos verbais e não-verbais, como sentimentos e pensamentos, gerando reações mentais e/ou físicas muitas vezes. As diferentes opiniões, sentimentos e percepções são provenientes de uma base interna nos sujeitos que envolvem seus conhecimentos prévios, seus valores, estilos de comportamentos e o contexto em que vivenciam socialmente.

Tomando por base as afirmações do autor, as várias opiniões, sensações e compreensões derivam de uma base constituída nas próprias pessoas, que envolvem seus conhecimentos, valores, atitudes e o contexto socioeconômico em que estão inseridos (SANTOS, 2017).

O nome Maxiacazinho originou-se de um igarapé existente na comunidade. O trabalho proposto pretende caracterizar aspectos da realidade socioeducacional da comunidade supracitada, analisando reflexivamente as vivências dos Tempos Comunidades e argumentando acerca de contribuições relevantes para a minha formação inicial.

Foram abordados aspectos como relação educador/educando, prática pedagógica, êxodo rural, formação continuada e outros que fizeram parte de discussões teóricas e deram base ao meu relato de experiência.

Considerando o contexto de troca de experiências, adquiridos através das árduas pesquisas realizadas nesta comunidade, interessei em me aprofundar neste diagnóstico. O problema de pesquisa levantado foi: as vivências durante os tempos comunidades em Maxiacazinho contribuíram efetivamente para a minha formação?

O trabalho teve como objetivo geral argumentar acerca de contribuições e reflexões das vivências dos tempos comunidade que foram relevantes em minha formação inicial e os objetivos específicos são: caracterizar aspectos da realidade socioeducacional da Comunidade Maxiacazinho e analisar reflexivamente as vivências dos Tempos Comunidades.

MATERIAL E MÉTODO

O relato de experiência foi organizado através de três textos. Cada um recebeu um título e abordagens de vários aspectos vivenciados durante os tempos comunidade.

No primeiro abordei a infraestrutura da escola e os recursos financeiros, relação escola-secretaria de educação-movimentos sociais-famílias e situação profissional dos trabalhadores/as em educação.

O segundo: trajetória profissional da professora, cotidiano docente e significado social da profissão de professor, a prática docente, o ensino de ciências da natureza, dificuldades e estratégias, os estudantes e o aprendizado nas ciências da natureza, e a visão dos pais sobre a escola e o conteúdo de ciências da natureza.

O último texto teve base na socialização dos dados referentes aos tempos-comunidades com sugestões de propostas dos comunitários para a melhoria na educação.

O trabalho contou com registros de fotos, entrevistas e elementos de relevância para a pesquisa e constatação de relatos dos entrevistados. Para este procedimento utilizei o celular, caderno e caneta.

Em seguida sistematizei os dados obtidos e os transformei em relato de experiência. De posse das informações, fiz a análise e a reflexão.

Durante as discussões, os nomes dos entrevistados não foram divulgados. Os estudantes foram tratados como A, B e C e os pais dos educandos chamados de 1, 2 e 3.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo tempo comunidade: reflexões importantes para a minha formação inicial

Realizei o segundo comunidade em Maxiacazinho. Naquele momento vivenciei situações importantes para a minha formação inicial. Constatei que a escola é pequena, o terreno foi doado por um morador e no mesmo ano (2003) a construíram para atender as demandas de alunos que estudavam na residência de uma docente. A instituição de ensino possui uma estrutura predial entre 11,5 m de comprimento e 6,17 m de largura.

Como não tem horta, cada aluno leva os temperos para ajudar na preparação da merenda, principalmente quando é sopa. Desta forma, vemos que há uma ajuda mútua entre os comunitários e a docente.

A imagem 1 a seguir mostra o momento em que os educandos estão merendando sopa, que no calendário da escola é toda sexta-feira:

Imagem 1-Momento da merenda



Fonte: comunitários entrevistados (2019)

Conforme a foto mostra, a turma é composta por poucos educandos, apenas nove alunos, sendo 5 meninas e 4 meninos, com faixa etária entre 6 a 10 anos de idade.

Infelizmente há o êxodo rural. Este fato ocorre por fatores como: saída das famílias para trabalharem na zona urbana de Senador José Porfírio e oferta do ensino público somente até o 5º ano do ensino fundamental. O êxodo rural não deveria existir nos dias atuais, pois a educação deveria ser garantida no próprio campo.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 garante que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A legislação federal garante o direito à educação, mas o cenário em que estive inserido não é criado mecanismos que evite a saída dos campesinos das suas terras, onde ali construíram um histórico de lutas, mas por um momento ficam encurralados?

Entendo que o êxodo rural ocorre quando há a migração dos moradores do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Caldas defende que é preciso “recuperar a ausência de infraestruturas e serviços públicos para o rural: saúde, educação, segurança, lazer” (ANJOS, CALDAS, 2005, p. 661-694).

De fato, Anjos e Caldas (2005, p. 661-694) tem razão na sua afirmação, pois se não recuperar essas ausências de infraestrutura e serviços para quem mora no campo ficará incerta a permanência das pessoas no campo. É necessário que os nossos representantes políticos adotem estratégias que venham minimizar a situação do êxodo rural.

De fato é visível o interesse dos campesinos em permanecer em suas terras. Mas para isso precisam ter a garantia do ensino básico. O teórico Peripolli (2011, p. 8) vem tratar dessa “expulsão” do homem do campo. Ou seja, as famílias se veem obrigadas a irem morar na zona urbana de Senador José Porfírio, pois o campo infelizmente ainda é visto somente como um lugar marcado pela lógica perversa do capital:

> “A “expulsão” do homem do campo é a materialização desta forma de gestar o campo: pela lógica perversa do capital, onde tudo é visto sob a

> ótica do capital, onde tudo vira mercadoria e os interesses, única e exclusivamente, voltados para a ideia do mercado/lucro".

É preocupante a saída dos campesinos do seu local de residência. Para evitar o esvaziamento é necessário criar estratégias. Caso não seja tomada as devidas providências o campo voltará a ser novamente um lugar voltado para o capital.

Apesar dos obstáculos encontrados, é vantajoso terem uma escola da própria comunidade. Por outro lado, um ponto negativo é o percurso diário das famílias até o local de estudo. Para fazerem o trajeto, que piora no inverno, utilizam motocicleta, andam à pé, montado à cavalo ou de bicicleta para garantirem a permanência dos filhos na escola.

Dessa maneira, Hage (2008, p. 1) fala das dificuldades enfrentadas pelos professores e estudantes relacionadas ao transporte e às longas distâncias:

> [...] os professores e estudantes enfrentam muitas dificuldades em relação ao transporte e às longas distâncias percorridas para chegarem à escola, vindo a pé, de barco, bicicleta, ônibus, à cavalo, muitas vezes sem se alimentar, enfrentando jornadas que chegam a 12 Km e 8h diárias.

De acordo com a abordagem teórica há muitas dificuldades relacionadas ao transporte e às longas distâncias. Com base na minha vivência, constatei que mesmo enfrentando obstáculos como chuva, lama e poeira, os educandos ainda sonham com dias melhores no processo educacional. Constatei que uma das moradoras percorre uma distância de seis quilômetros à pé até a instituição para garantir a educação da sua neta e aproveita o momento que fica na escola para aprender também.

"Apesar da distância, é bom continuar estudando [...]". Afirmaram dois discentes.

Esta vivência chamou muito a minha atenção. Vi e senti na pele um pouco da luta diária dos educandos que enfrentam diversos desafios para garantirem um futuro melhor para suas famílias. O que trouxe de contribuição para a minha formação? Bom, quando eu for atuar efetivamente numa comunidade assim, precisarei ser sempre flexível e compreensivo quando os alunos chegarem atrasados na escola.

No primeiro contato fiquei surpreso com a distância percorrida pelos pais para levarem os filhos à escola. Mas essa vivência renovou as minhas forças, inspirou e me ensinou a não desistir de lutar por uma educação do campo de qualidade, em que os sujeitos devem ser respeitados não por ser do campo, mas por serem

cidadãos que também pagam os seus impostos e tem direito a educação de qualidade, assim como os da zona urbana.

Nessa perspectiva Bonmann, (2015, p. 9) enfatiza que muitas vezes a escola do campo é abandonada:

> Devido à situação geral da educação brasileira hoje, e em particular dessa tendência de marginalização das escolas do meio rural, é também um problema grave o tipo de escola pública oferecida à população do campo. De modo geral é uma escola relegada ao abandono. Em muitos estados recebe a infeliz denominação de escolas isoladas. Como predomina a educação unilateral da relação cidade-campo...

Concernente à discussão de Bonmann vejo que é grave o tipo de escola oferecida à população do campo. Para ele, a escola é relegada ao abandono. Realmente muito ainda precisa ser feito em prol da educação do campo, mas não podemos baixar a cabeça diante dos desafios. Precisamos lutar por uma educação de qualidade.

A imagem 2 abaixo reflete o momento em que nós acadêmicos estávamos conhecendo o espaço escolar:

imagem 2- Acadêmicos conhecendo a escola



Fonte: Pais de alunos (2016)

A comunidade é participativa, tanto que em anos anteriores, por insuficiência no número de alunos matriculados não iria ter aula. Mas através de uma mobilização comunitária junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) não fecharam a escola.

Esta vivência trouxe o entendimento de como funcionam as políticas de fechamento das escolas do campo. Na maioria das vezes a ideia é ter escolas funcionando apenas na zona urbana, pois o campo infelizmente ainda é visto como um lugar atrasado e contribuiu com a minha formação, pois analiso que educação é um investimento e não um custo. Mesmo com longa distância ou poucos educandos matriculados, todos merecem estudar.

Tenho certeza que a resistência dos comunitários contra as tentativas de fechamento desta escola não pode parar. Sem dúvidas, quando os governantes perceberem que as forças decorrentes dos enfrentamentos se cessarem, aí sentirão fortalecidos para tomarem decisões que comprometerão o destino das escolas que tem uma importância no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse aspecto, Hage (2008, p. 9) destaca que a presença da escola na comunidade se constitui num forte elemento de afirmação dos valores que mantém os sujeitos vinculados aos seus modos de vida e convivência:

> [...] apostamos na concepção de que a presença da escola na comunidade se constitui num forte elemento de afirmação dos valores que mantém os sujeitos vinculados aos seus modos de vida e convivência; como também, um importante instrumento que mobiliza os sujeitos para dialogarem com as questões da realidade em que vivem ampliando suas capacidades de melhor compreensão e intervenção nos processos em que estão inseridos, fortalecendo os laços identitários dos sujeitos com o lugar em que vivem, tendo em vista, a compreensão da educação como direito das populações do campo e dever do Estado.

Conforme a contribuição do autor acima deve haver a garantia do direito à educação no campo, já que contribui para a valorização dos sujeitos (modos de vida e convivência). Posso concordar e afirmar sem medo de errar que os campesinos merecem ter uma escola funcionando dentro da sua comunidade.

Um dos grandes problemas é que não existem pessoas da comunidade dentro do Conselho Escolar e a classe é mutisseriada. Dessa forma, Santos (2014, p. 8), destaca que as classes multisseriadas são um grande desafio:

> As classes multisseriadas é um grande desafio que leva os educadores a repensar a escola, suas disciplinas, séries, conteúdos e avaliações, pois os educando do campo merecem ser tratados com dignidade e precisam de uma educação de qualidade, ainda ha muito a ser feito para que possa se falar que a Educação do Campo é favorável ao aprendizado do discente.

Falando sobre a importância da criação de um Conselho Escolar, afirmo que está contida dentro de um processo de gestão democrática. Destaco que deve ser elaborado de forma coletiva, conforme defende Guimarães (2003, p. 9):

> ...Mudar a educação não é algo que depende apenas de teorias revolucionárias ou da eficiência de novos métodos, toda mudança em educação significa, antes de qualquer coisa, mudança interior e, consequentemente, de atitude.

Concernente à ideia de Guimarães de fato para haver mudança na educação não significa apenas introduzir novas teorias revolucionárias. Esse processo requer mudança interior e consequentemente deve ter união. Sendo assim, afirmo que serão alcançados muitos objetivos.

Este momento de vivência enriqueceu o meu conhecimento e trouxe uma contribuição muito grande para a minha formação inicial. O diagnóstico ajudou-me conhecer a importância de um conselho e como existem escolas do campo sem representação dentro do conselho escolar. Isso gerou uma inquietação, pois não poderiam faltar representantes dos campesinos e devido esta ausência acabam perdendo. Dentro do conselho seria o local para reivindicar, sugerir e fiscalizar as ações para o melhoramento da educação pública.

Dentro do processo de participação, precisam ser criados mecanismos para a participação ser concretizada. Não só nos eventos como datas comemorativas que as famílias precisam estar inseridas no espaço escolar. Almeida (2014, p. 18) “... a escola tem a responsabilidade de incentivar e criar oportunidades para que a família se sinta confortável para ter uma participação efetiva na vida escolar do aluno”.

Com esta vivência aprendi que uma comunidade participativa alcança resultados positivos. Fiquei muito feliz em saber que muitos pais de alunos são sindicalizados e a participação das famílias na escola com toda certeza vem a somar com o processo educacional. Queria ter concluído todos os estágios nela, mas não foi possível devido às séries ofertadas serem somente as iniciais (até o quinto ano) e a minha graduação exigir os estágios supervisionados nas intermediárias e finais.

A educadora afirmou que existe a formação continuada dos profissionais do Campo é ministrada pelos coordenadores da SEMED nas escolas Pólo do Bambu, Alto Brasil, e Vila Nova, obedecendo ao ítem do Art. 5º, § 2º em que diz:

> A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades, trazendo resultados positivos para ela desenvolver as atividades na sala de aula.

Conforme a legislação, o objetivo da formação continuada é melhorar o desenvolvimento das atividades no espaço escolar. Este investimento deveria fazer parte da estratégia de trabalho dos gestores municipais para garantia da educação de qualidade.

Terceiro tempo comunidade: reflexões importantes para a minha formação inicial

O terceiro tempo comunidade também trouxe contribuições importantíssimas. Ouvi, vi e senti de perto os anseios dos comunitários por um ensino de qualidade. Mas apesar de tudo, percebi que existe um histórico de lutas importantes para este processo contra as imposições da elite.

A educadora da escola campesina lecionou em outra comunidade (km 80) pelo período de um ano nas séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estudou o magistério pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Conforme a fala a seguir, há o contentamento no exercício da docência.

"Eu gosto do meu trabalho, mas é muito difícil ir todo dia à escola. Às vezes vou a pé, tem a criança que eu levo. É um trabalho cansativo, mas é bom." Destacou a docente.

Mesmo com os enfrentamentos diários, analiso que o nosso esforço precisa ser grande para ministrar as aulas.

Vi na entrevistada que não há pretensão de mudar de comunidade, é o que fica transparente no seu relato a seguir:

> *Se tiver oportunidade de eu continuar eu pretendo, porque é onde eu moro... Além desse trabalho que me ajuda também tem outra coisa que me ajuda que é o lote, minha família e minha criação e pra eu sair de lá e deixar tudo pra traz e viver só de emprego eu nem sei se saio se vale a pena porque lá eu quero trabalhar mais fazer por onde crescer. Criar minhas coisas tem minha vida lá, e pra eu sair com a bolsa nas costas para trabalhar em outra escola não sei se vai ter como, só se for uma grande necessidade mesmo, mas se depender de mim para eu optar em ficar, quero ficar. Pesquisa de Campo (2016).*

É ótimo saber que mesmo a professora não tendo nascido no local em que trabalha, afirmo que ganhou a confiança de todos e vem contribuindo positivamente com o processo de ensino e aprendizagem.

Em relação ao que influenciou sua escolha como educadora, destacou que sua inspiração surgiu em decorrência do conhecimento da prática de outros profissionais da área.

Esta vivência enriqueceu o meu conhecimento e contribuiu positivamente na minha formação acadêmica, fazendo-me crer que somos um espelho para outras pessoas. Ou seja, mesmo diante das limitações diárias enfrentadas por nós enquanto docente, devemos nos esforçar para trabalhar com as ferramentas que temos em mãos. Hoje tenho a certeza que o bom profissional acaba inspirando outros.

Desta forma, Cruz, (2007, p.197) afirma que o ofício do professor implica no manejo das técnicas e habilidades, trabalho este que requer reflexão, análise e tomada de decisões:

> O ofício do professor implica no manejo de técnicas, mas não só isso. Trata-se de um misto de habilidades que não podem ser engessadas nesse quesito. Diversas questões instigam o trabalho cotidiano do professor exigindo reflexão, análise de situações e tomada de posição. As técnicas, sejam elas de que tipo for, serão sempre meios para o professor articular conhecimentos gerais e disciplinares com vistas à aprendizagem de seus alunos...

A autora discute que as técnicas do docente serão sempre meios para articular conhecimentos gerais e disciplinares, objetivando-se a aprendizagem dos alunos. Desta forma, entendo que o bom profissional acaba inspirando outros com as suas técnicas de trabalho.

Eu nunca lecionei, mas no discurso da profissional vi que houve um momento que se sentiu mal fisicamente, mas mesmo assim permaneceu na sala de aula,

distribuindo atividades aos educandos, sem haver a necessidade de intervenção de terceiros.

Sendo assim, Oliveira (2015, p. 20) cita que o professor que começa a trabalhar despreparado não percebe que está entrando num processo de adoecimento:

> O docente que começa a lecionar despreparado não percebe os sinais de que está iniciando um processo de adoecimento, e essa demora na percepção pode fazer com que seja tarde a descoberta. Ou seja, o estranhamento em relação ao próprio corpo é agravado na atividade ocupacional, que vai levar o trabalhador a perceber o corpo por meio da dor. Se antes o corpo era negligenciado (também um processo de alienação), agora ele é percebido, mas não mais de forma ativa e saudável, mas mortificado, que lhe ocasiona sofrimento.

É preocupante quando o professor permanece atuando em sala de aula mesmo estando doente. É necessário investir nas políticas de saúde do trabalhador. Oliveira (2015, p. 20) destaca que o “estranhamento do profissional em relação ao seu próprio corpo é agravado na atividade ocupacional, que o levará a perceber o corpo através da dor”.

Conforme dados de 2016, faltam mais recursos financeiros e materiais (internet, computador, impressora e projetor multimídia) para a ministração das aulas de Ciências da Natureza.

Por outro lado, destaco que mesmo que sejam disponibilizados recursos tecnológicos, há a necessidade de uma capacitação para utilização das tecnologias. De acordo com Masetto (2010, p. 137):

> As novas tecnologias exploram o uso de imagem, som e movimento simultaneamente, a máxima velocidade no atendimento às nossas demandas e o trabalho com as informações dos acontecimentos em tempo real. Colocam professores e alunos trabalhando e aprendendo a distância, dialogando, discutindo, pesquisando, perguntando, respondendo, comunicando informações por meio de recursos que permitem a esses interlocutores, vivendo nos mais longínquos lugares, encontrarem-se e enriquecerem-se com contatos mútuos. (MASETTO, 2010, p. 137).

Concordando com o autor a tecnologia traz resultados positivos para o processo de ensino e aprendizagem, mas isso isoladamente não resolverá a situação. Além da oferta e garantia de recursos didáticos modernos, precisa haver a capacitação para quem vai trabalhar com os mesmos, pois não adianta ter vários recursos e não ser explorado pelo profissional e os estudantes.

Sendo assim, Minozzo, Cunha e Spindola (2016, p. 2) destacam que os cursos de capacitação de professores proporcionam uma integração entre os

recursos tecnológicos com as atividades executadas na sala de aula, mas isso requer uma nova abordagem:

> Portanto, os cursos de capacitação de professores que possibilitem integrar os recursos tecnológicos da informática com as atividades desenvolvidas em sala de aula exigem uma nova abordagem, incorporando aspectos pedagógicos que contribuam para que o professor seja capaz de construir, no seu local de trabalho, as condições necessárias e propícias à mudança da sua prática pedagógica.

Realmente essa nova abordagem precisa agregar aspectos pedagógicos que no final possa trazer resultados positivos dentro do ambiente escolar.

A partir desta vivência percebi que a escola não pode investir apenas em recursos didáticos modernos. Precisa também capacitar os docentes para lidar com os novos instrumentos. Essa experiência veio somar com a minha formação. Mas faço uma observação, não é porque a escola não tem um projetor multimídia que devo ficar triste ou cruzar os braços. Entendo que o campo é um lugar de construção, de aprendizagem, de significados, de troca de conhecimentos. Portanto, quando queremos fazer melhor, tudo é possível.

Muitas são as tentativas para preparar aulas de qualidade. Através desses esforços serão alcançados bons resultados e o processo de aprendizagem dos discentes será satisfatório.

Sendo assim, Freitas (2009, pg. 21) cita que os materiais e equipamentos didáticos são recursos utilizados no ensino, o que estimula o aluno a se aproximar mais do conteúdo: “Os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo”.

Com base na afirmação anterior, a utilização dos materiais e equipamentos didáticos estimula o aluno e gera a aproximação com o conteúdo. Mesmo com pouca prática, devido eu não ser docente ainda, mas os meus esforços em relação aos procedimentos de ensino foram grandes, permitindo valorizar o que tinha mais próximo para a produção de uma aula de qualidade, sem deixar o desânimo tomar de conta.

Segundo a educadora, os conteúdos trabalhados: seres vivos, animais e vegetais estão relacionados com os modos de trabalho das famílias dos alunos ou com os modos de organização sociopolítica e resultam na transformação dos sujeitos em futuros cooperadores na preservação da biodiversidade.

Constatei que deve ser trabalhada a leitura compartilhada com os alunos de em sala de aula, com espaço para avaliação e análise de leitura e interpretação de textos. Essa vivência me chamou a atenção, pois eu enquanto futuro educador devo trabalhar sempre a interdisciplinaridade.

Nesse viés Souza (2014, p.4) explica sobre a realidade dentro das salas de aula:

> Essa é uma triste realidade que infelizmente acontece muito dentro das salas de aula, não somente nas aulas de Língua Portuguesa. Vemos, principalmente nos livros didáticos, que a maioria trabalha no nível da paráfrase, não abrindo, assim, espaço para reflexão do aluno como sujeito leitor.

Concordando com a afirmação teórica acima, realmente o livro didático precisa abrir espaço para o aluno refletir o que leu, contextualizando o que está escrito com a sua realidade, facilitando a aprendizagem.

Mesmo com inúmeros entraves encontrados no cenário escolar, precisarei ter habilidade em trabalhar com alguns conteúdos relacionados a Ciências da Natureza (animais, plantas e agricultura familiar). Se durante o exercício da minha docência existir dificuldades para ministrar aulas práticas em determinados conteúdos isso se deve ser superado com a capacitação continuada direcionada ao ensino de Ciências.

Nesta perspectiva, Pacheco (2014, p. 8) destaca a importância da formação continuada, que amplia o conhecimento do professor e contribui com o ensino e aprendizagem:

> ...a formação continuada tem uma importância muito grande, pois amplia o conhecimento do docente e enriquece o processo de ensino-aprendizagem, tornando esses processos mais prazerosos e mais significativos para todos os envolvidos direta ou indiretamente no âmbito educacional.

Com base nas afirmações do autor, analiso que com o investimento em formação continuada todos ganham (escola, alunos, professores e secretaria de educação). Para a educação do campo ser de qualidade é preciso investir principalmente em nós profissionais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz a importância de Ciências da Natureza:

> Portanto, ao longo do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social

> e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processos das ciências.

Dessa forma, a área do conhecimento em questão trabalhada é muito importante, pois gera uma capacidade de compreensão e interpretação do mundo. Eu gostei de trabalhar com esta área do conhecimento ainda mais dentro da minha formação em Educação do Campo que surgiu para valorizar os conhecimentos dos educandos que há muito tempo não tinham este tratamento.

Verifiquei que a situação anterior está diretamente ligada a Pedagogia da Alternância. Segundo o Ministério da Educação, é um método que busca a interação entre o estudante do campo e a realidade vivenciada cotidianamente:

> A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

Tenho certeza que a pedagogia da alternância traz um novo molde para a educação oferecida aos educandos campesinos. Este método sem dúvidas traz uma aprendizagem bem melhor.

Uma das metodologias de ensino positiva adotada pela docente, na qual os educandos responderam com unanimidade é a utilização do quadro negro e os livros didáticos para a explicação das aulas.

Para o entrevistado A, que possuía 13 anos de idade, sendo o mais velho da turma, declarou que levam dever para casa e no dia seguinte apresentam em forma de seminário.

Para o B, outro método utilizado para facilitar a aprendizagem é a execução de aula prática.

De todos os entrevistados, dois disseram que apresentaram dificuldades referentes aos conteúdos das Ciências da Natureza. Conforme os educandos A e C para compreenderem melhor, precisam estudar utilizando os livros didáticos, pois não compreendem a explicação oral da professora.

De forma geral, todos gostam de estudar sobre os seres vivos, ecossistema e cadeia alimentar.

Conforme as informações repassadas, apenas o estudante C informou sentir dificuldades em resolver os deveres passados pela professora, e a justificativa é a dificuldade em interpretação de textos. Entretanto, pode ser superado com leituras nos próprios livros existentes na escola.

Sobre os conteúdos de Ciências da Natureza estudados, as crianças citaram os que têm relação com os modos de vida das suas famílias, com a natureza e a comunidade aonde vivem.

"Os conteúdos trabalhados que mais tem relação com o nosso modo de vida são animais e plantas", afirmou um dos estudantes.

O aluno A salientou que a professora realizou teatro na própria escola, mas não foram abordados assuntos relacionados aos problemas enfrentados no dia a dia no local de vivência, porém, houve a participação dos pais no evento.

"Os conteúdos trabalhados tem relação mais ou menos com o dia a dia", disse o educando.

Percebi o anseio dos entrevistados no fato dos conteúdos terem relação com o cotidiano. Realmente a aprendizagem traz mais significado quando os profissionais trabalham de acordo com a realidade do discente. Os entrevistados (tanto dos pais como dos estudantes) foram escolhidos aleatoriamente e são todos moradores da comunidade Maxiacazinho.

Os pais não têm do que reclamar sobre o trabalho desenvolvido pela profissional. Segundo eles, a docente é uma ótima pessoa, e a tem como uma amiga. A entrevistada 1, sente-se agradecida pelo trabalho que vem sendo desenvolvido. Para a 2, além da mesma ser uma ótima profissional ainda é amiga.

Seguindo esta linha de raciocínio Santos (2017, p. 9) afirma que: "A aceitação começa pela capacidade de escutar o outro, colocar-se no lugar dele e estar preparado para aceitar o outro em seu meio".

Sei que a qualidade das relações interpessoais é de suma importância. Conforme o discurso teórico a aceitação é possível através da capacidade de escutar o outro e colocar-se no seu lugar. Sendo assim, afirmo que a relação entre os envolvidos é boa e facilita o processo educacional.

Infelizmente ainda há uma diferença no tratamento entre escola urbana e rural. Segundo Bonmann (2015, p. 23) há uma diferença da escola urbana para a rural:

> Com a concepção que a escola urbana é melhor que a rural, se coloca mais uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação, sendo um critério equivocado da política de investimentos, sendo mais uma falsa ideia, sendo que o que esta em questão é um projeto de escola que tem uma especificidade inerente a histórica luta de resistência camponesa, ela deveria ter valores singulares que vão em direção contraria aos valores capitalistas e à lógica patronal...

Conforme discussão, a educação precisa ser pensada na perspectiva da existência de investimento e valorização dos sujeitos do campo. Entendo desta maneira que a educação é um direito e não um favor.

Os pais levantaram pontos que agradam e outros que desagradam ao verem seus filhos estudando na escola. Percebi nas falas que há muitas insatisfações. Mas apesar de tudo, dizem que é bom terem uma escola na própria comunidade. A relação entre os pais e a docente é ótima. Dizem que ter uma cuidadora, uma pessoa de confiança é satisfatório e gratificante, pois quando precisam resolver problemas na zona urbana, tem com quem deixá-los.

Essa vivência me chamou muito a atenção, pois a docente é de casa. Todos os alunos e pais tem um laço de amizade muito forte. Mesmo a profissional não tenha nascido na comunidade, contudo foi e continua sendo bem acolhida. Isto me deixa muito feliz e aumenta meu ânimo. Sendo assim, chego à conclusão que com o carisma e o profissionalismo é possível a recepção e adaptação em qualquer lugar que formos.

Nessas condições Souza (2014, p. 6) explica que a afetividade docente assume funções estimulantes na efetivação do conhecimento:

> Sabendo que o foco do trabalho do professor é a aprendizagem do aluno, existem fatores indispensáveis para que esta ocorra, dentre os quais, a afetividade, que assume funções estimulantes na efetivação do conhecimento.

A teórica destaca a afetividade como um fator indispensável no trabalho docente, aonde assume funções que estimulam o conhecimento. De fato é importante o profissional ter características boas, pois isto contribui no ensino e aprendizagem.

Infelizmente a distância dificulta o acesso à escola. A estrada ruim no período do inverno duplica o sofrimento. Coloco em destaque que o Governo Federal criou o Programa Caminho da Escola na gestão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de encurtar a distância dos estudantes até a escola. Segundo o Ministério da Educação (2007) o Programa traz a garantia e a qualidade do transporte dos estudantes:

> O programa Caminho da Escola foi criado para renovar a frota de veículos escolares, garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. É um investimento no transporte diário como forma de ampliar o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes municipais e estaduais de ensino. Também são prioridades do

> programa a padronização e a redução dos preços dos veículos de transporte escolar, bem como a transparência nos processos de aquisição.

Vimos que a legislação garante o acesso à escola através da redação acima. Entretanto, o grande problema é que na referida comunidade esse Programa não funciona devido o êxodo rural.

A imagem a seguir é uma pequena amostragem dos problemas dos discentes para chegarem à escola:

Imagem 3- Universitário Joelson simulando a trajetória de duas discentes à escola



Fonte: Cícero Jacinto (2016)

Segundo os pais, deveria ter mais investimentos estruturais, infra estruturais e recursos didáticos como banheiro, internet, data show, computador, servente, vigia e mais professores.

Diante do exposto, observo que ao longo dos anos, se não houver resistência por parte dos comunitários, infelizmente perderão a batalha pela garantia de direito à uma escola funcionando em seu próprio local de moradia. Mas existe a Lei Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff que dificulta o fechamento das escolas do campo. O Art. 28. Parágrafo único reforça:

> O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Apesar da existência de uma legislação específica que dificulta o fechamento das escolas do campo sem a prévia consulta dos comunitários, esse ainda é um risco eminente.

Para os comunitários, existe a preocupação de um possível fechamento dessa escola por conta do baixo número de educandos matriculados. Mas talvez não saibam é que a Lei 12.960 de 27 de março de 2014 que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), sancionada pela ex-presidente da república Dilma Rousseff está ao lado dos mesmos. A lei dificulta o fechamento sem a consulta dos campesinos, munidos de apresentação de justificativa formal pela Secretaria de Educação do Estado.

Além disso, existe uma resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) e a Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1/2002 que garante a: “universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica”.

O que vem acontecendo nessa comunidade é o descumprimento da permanência dos estudos na sua comunidade. Existe a oferta somente até o quinto ano, todavia deveria haver em todos os níveis da educação básica e os investimentos serem maiores. O lado bom é que os campesinos estão respaldados na resolução e na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 que sinaliza para uma educação de qualidade como direito de todos e dever do Estado.

IV Tempo Comunidade: Socialização do II e III Tempo Comunidade: Avanços e desafios da Educação do Campo.

No dia 12 de abril de 2017 às 09h00min min. socializei as pesquisas no Maxiacazinho referente ao segundo e terceiro tempo comunidade com o tema: avanços e desafios da Educação do Campo, todos juntos pela Educação, com os seguintes objetivos:

Restituir, por meio de seminário na comunidade, os dados das pesquisas realizadas; Promover um processo de reflexão acerca das orientações

legais/curriculares para a educação de qualidade no campo; avaliar estes dados coletivamente e elencar indicadores de qualidade para educação básica do campo e construir ações possíveis de serem realizadas nas três dimensões que compõem a organização escolar: dimensão institucional (gestão escolar; infraestrutura; situação profissional). Dimensão curricular (Projeto Político Pedagógico e proposta curricular e na dimensão didático-pedagógico, situações de ensino-aprendizagem na área de Ciências da Natureza).

Na questão da infraestrutura a escola é um local razoável para ensinar e aprender. Nesse sentido, Satyro e Soares (2007, p. 7) argumentam que se houver “a deficiência de infraestrutura nas escolas afeta diretamente a qualidade da educação”.

Conforme a visão dos autores, sem uma boa infraestrutura escolar afetará a qualidade da educação. Concordo que a afirmação é correta e grandes são os anseios pela melhoria na qualidade do ensino.

A imagem 4 a seguir mostra o cantinho da leitura:

Imagem 4- Cantinho da Leitura



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016)

Mesmo com inúmeros problemas enfrentados ao longo dos anos, principalmente o baixo índice de alunos matriculados, a escola resiste até hoje. Isso

nos leva a crer que são ativos e lutam pela garantia dos direitos. Aprendo que devemos correr atrás dos nossos direitos, ainda mais em meio a um cenário de cortes nos gastos públicos. Vejo que a elite entende que os negros, pobres e campesinos não merecem estudar.

Desse modo Zeferino (2014 p. 7) defende que a educação do campo surgiu da luta dos movimentos sociais “a educação do campo se realiza no conjunto dos Movimentos Sociais, nas lutas, pela terra, por condições dignas de vida, e, pela afirmação de sua identidade, que o povo do campo tem realizado”.

Concordando com a afirmação teórica, entendo que as lutas em prol dos direitos educacionais não podem parar. Se hoje temos os resultados alcançados, devemos agradecer ao engajamento dos comunitários.

Ressalto que a socialização contribuiu e serviu como uma formação para os campesinos. Apresentei um documento oficial, o artigo a lei 12.960, de 27 de março de 2014, artigo 1º, que altera o artigo 28 que altera o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que trata sobre o fechamento das escolas do campo, conforme discussão anterior.

Outro ponto relevante que entrou na explanação foi sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP). É um documento de suma importância e o Projeto deve retratar a identidade da escola, requer um trabalho de construção e reconstrução e é importante a participação de todos nesse processo. A base para a discussão decorreu das argumentações de Sousa (1998):

> O PPP deverá ser construído com clareza no que se refere ao compromisso ético-pedagógico de contribuir para a formação e educar o cidadão de hoje para se tornar crítico, reflexivo e criativo, capaz de atuar e ajudar a transformar e melhorar a sociedade da qual faz parte.

Realmente o PPP deve ser elaborado com clareza e de forma dialógica e democrática. É um dos princípios contemplados pela Constituição Federal, pois deverá abranger as dimensões pedagógicas, administrativas e financeira que garantirá o futuro da escola.

Como não tinha um PPP próprio, só uma proposta pedagógica, adentramos no que reforça a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sobre o Projeto. No artigo 12 afirma que: “Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Esta vivência enriqueceu o meu conhecimento, pois diante das situações apresentadas, afirmo que cada escola do campo deveria ter o Projeto próprio. Somente assim atenderia as necessidades reais de cada instituição de ensino, e deveria ter sempre a participação de todos os envolvidos no processo. Isso teve uma contribuição boa para a minha formação inicial. Confesso que antes não conhecia a importância de um PPP.

No 3º Tempo Comunidade realizamos uma investigação acerca das situações de ensino e de aprendizagem nas áreas específicas de Ciências da Natureza.

Abordamos que a sequência didática é interdisciplinar. Compreendo que a interdisciplinaridade deve integrar as disciplinas sem descartar outras, conforme sugere Brasil (1999, p.89):

> A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervém sobre a realidade e trabalha as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. BRASIL (1999, p. 89).

Destaco que a interdisciplinaridade é de suma importância no processo de ensino aprendizagem. É a junção das disciplinas e dos conteúdos, com o intuito da facilitação da aprendizagem dos alunos, sem diluição das disciplinas.

A resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, em seu art. 5º reforça: “As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade[...] contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.’’

Percebo que a resolução acima trata a educação contemplando a diversidade, e a resolução abaixo garante o acesso:

A resolução CNE/CEB nº 1/2002 garante a “universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica”.

Esta vivência enriqueceu o meu conhecimento e contribuiu com a minha formação acadêmica. Foi gratificante ouvir os agradecimentos por parte dos comunitários por terem recebido documentos oficiais em mãos que dificulta o fechamento das escolas. Chamou a minha atenção o fato de lutarem mesmo sem saberem da existência de legislação específica. A partir desta reflexão concluo que através da união tudo é possível.

Era notório o envolvimento de cada membro dos grupos na construção das propostas. Percebi que havia um interesse enorme por parte dos envolvidos em querer mudar a situação educacional da comunidade.

Dessa forma, Santos, (2017, p. 43) afirma que o projeto político pedagógico deve ser compromissado com os princípios da democracia:

> O ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e politicas educacionais públicas para a implementação de seu projeto politico-pedagógico e compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autónomo de participação, compartilhamento e autocontrole, são pistas seguras para um caminho acertado.

Entendo que o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, aliado a implementação democrática do PPP gera resultados positivos para um futuro promissor no processo educacional.

O primeiro indicador tratava sobre formação continuada. Dentro deste eixo surgiu a seguinte indagação: Qual a importância da formação continuada dos professores para a aprendizagem dos seus filhos?

Dessa maneira, Pacheco (2014, p. 7) reforça que muitos docentes que trabalham no campo enfrentam vários problemas como falta de uma formação que condiz com as peculiaridades da região:

> Entretanto, essa não é uma realidade geral. Muitos professores que atuam nas escolas do campo não receberam uma formação para lidar com as peculiaridades da região, têm dificuldade de se inserirem em processos de formação continuada, seus salários, muitas vezes, são inferiores ao dos professores da zona urbana e a formação em nível superior constitui um verdadeiro privilégio aos poucos que conseguem romper com a dura realidade que os cerca.

Realmente a ausência de formação continuada é uma realidade de muitas escolas do campo, um agravante para o processo de ensino e aprendizagem. O que nos faz refletir que precisamos avançar se quisermos um ensino de qualidade, haja vista que a educação é um direito de todos, mas precisa ser uma educação pensada exclusivamente para os atores do campo, atendendo as suas necessidades e especificidades.

Os comunitários presentes ajudaram a construir propostas de melhoramento da qualidade da educação:

Precisa melhorar a infraestrutura da escola, reunir as duas comunidades Maxiacazinho e Pracupi e ir aos órgãos competentes para que a escola São

Benedito oferte até o 8º ano, fazer uma reunião e chamar o prefeito, vereadores e secretaria de educação, reformar a escola, colocar um ventilador, construir um banheiro adequado, fazer uma cozinha com refeitório e construir área de lazer.

No segundo indicador foi trabalhada a questão da infraestrutura da escola. Trouxemos uma interrogação sobre na infraestrutura da escola: A infraestrutura da escola é apropriada para seus alunos estudarem? O que falta?

Um dos anseios debatidos foi este, pois realmente a infraestrutura precisa oferecer boas condições para que para os alunos e professores possam aprender e ensinar com qualidade.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos, comentaram acerca da proposta curricular. Afirmaram que não existe uma proposta específica para a comunidade

No último indicador listaram sobre o material didático foi apresentada a seguinte pergunta: O material didático valoriza os saberes da população do campo?

Nesta escola, assim como em muitas do campo, os livros didáticos são os principais recursos utilizados para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Neto (2003, p.147-157) reforça:

> De fato, nas escolas rurais, assim como na maioria das escolas brasileiras, os livros didáticos têm sido utilizados como os principais recursos para o ensino. Tais livros, no contexto do ensino de ciências, pouco ou nada trazem de possibilidade para abordagens contextuais a respeito da própria ciência, no sentido do seu desenvolvimento social e histórico, ou da própria realidade na qual os ambientes escolares e seus alunos estão inseridos. Daí que muitos professores terminem por tentar estabelecer relações com as suas realidades e convicções pedagógicas, o que implica no risco de estabelecimento de incoerências com relação, principalmente, a natureza do conhecimento científico (NETO, 2003, p. 147-157).

Mesmo que o livro didático seja o principal, ou mesmo o único recurso utilizado, destaco a necessidade de fazer a contextualização do que está inserido no mesmo com a realidade do educando. Ou seja, devem-se valorizar os saberes dos educandos do campo.

Sendo assim, Leite (2016, p. 8) traz uma contribuição muito importante acerca da contextualização no processo de ensino:

> Nossas compreensões acerca da contextualização no ensino emergem do reconhecimento de que somos seres sociais, nascemos inseridos em um meio social que é a família e nela nos constituímos estabelecendo as relações que se tornam significativas para a nossa vivência. Reconhecemos que são as interações sociais que contribuem para a formação do sujeito e, sendo assim, faz-se necessário o outro, um mediador do processo que promova o estabelecimento de ralações.

Conforme a discussão do autor acima, a contextualização reconhece que somos seres sociais e nascemos inseridos em um meio social que é a família e nela nos constituímos estabelecendo as relações que se tornam significativas para a nossa vivência. Por este motivo afirmo a importância de trabalhar esta esfera que sem dúvidas contribuições positivas.

A imagem abaixo mostra a apresentação das propostas por um dos grupos:

Imagem 5-Apresentação das propostas pelos grupos.



Fonte: Trabalho de Campo (2017)

Diante do que foi exposto, valeu a pena contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. Neste último contato percebi que os comunitários sabiam da importância de terem uma escola funcionando, mas não tinham documentos oficiais para provar.

Conforme informações levantadas durante os tempos comunidade, analisei que a participação comunitária é marcante em vários momentos da vida escolar, principalmente nos eventos. A inter-relação é um fator predominantemente importante para os poucos moradores desta comunidade pacata e consequentemente facilita o processo de ensino e aprendizagem.

Posso afirmar que há organização e aproximação entre os atores sociais, comprometidos com a educação dos seus filhos. Mesmo num cenário com inúmeras barreiras, correm atrás dos direitos.

É notório que sobreviver a este sistema não é fácil, onde na maioria das vezes os povos campesinos não são ouvidos, ainda mais se tratando de um cenário político atual que não é bom, em decorrência das mudanças catastróficas sofridas atualmente com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em que a educação passará por vários anos de retrocessos. A PEC 241/2016 do Teto dos Gastos Públicos, ou seja, serão 20 anos de menos investimentos em áreas prioritárias como educação, o que acarretará no fechamento e a não construção de novas escolas, principalmente na zona rural.

Nesse sentido, Freitas (2016, p. 48) conceitua a educação como uma condição que objetiva o indivíduo desenvolver inúmeras capacidades e personalidade:

> A Educação é condição, sine quanon, para que o indivíduo possa desenvolver plenamente suas inúmeras capacidades e formar sua capacidade. Daí dizer que é a Educação é um direito fundamental na qual se assenta todo o desenvolvimento do ser humano.

O teórico concorda que a educação é um direito fundamental e a Constituição Federal de 1988, artigo 205 vem afirmar isso:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas surge um questionamento: como garantir esse processo educacional básico se o que vemos atualmente são portas se fechando para quem mais precisa? Se é difícil para a população urbana, para os campesinos será pior. O congelamento dos investimentos nas áreas prioritárias como educação nos faz refletir sobre o retrocesso que nos cerca. Se muitos gestores não investem massivamente nas

escolas do campo, agora estarão mais fundamentados para continuarem não o fazendo.

Durante os TC confirmei que ter uma escola funcionando dentro de uma comunidade é garantir a permanência dos educandos dentro deste ambiente.

Na maioria das vezes querem deixar escolas funcionando apenas nas cidades e o campo infelizmente ainda é visto como um lugar de produção ou de atraso. Outro aspecto observado foi a importância de representantes da comunidade dentro do Conselho de Educação para acompanhar, fiscalizar e monitorar a qualidade da educação.

Segundo Bönmann (2015, p. 23) há em certos momentos há a ideia que a escola urbana é melhor do que a rural:

> Com a concepção que a escola urbana é melhor que a rural, se coloca mais uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação, sendo um critério equivocado da politica de investimentos, sendo mais uma falsa ideia, sendo que o que esta em questão é um projeto de escola que tem uma especificidade inerente a histórica luta de resistência camponesa, ela deveria ter valores singulares que vão em direção contraria aos valores capitalistas e à lógica patronal. Este é um de seus elementos fundamentais.

Concordando com a afirmação teórica, afirmo que é muito importante a presença dos comunitários dentro do conselho, para que se consolidem as lutas em prol de uma educação de qualidade e que caia por terra a ideia de que não vale a pena investir na educação do campo.

É admirável a força e a união que os comunitários possuem. São vários anos de enfrentamentos, principalmente pelo fato dos investimentos serem baixos por conta de determinados recursos financeiros e humanos estarem diretamente ligados ao número de alunos ativos, e as escolas menores sofrem mais quando há poucos estudando. Segundo o Ministério da Educação o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995, com o objetivo de “prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e estaduais e do Distrito Federal”.

Em meio a um cenário de cortes nos orçamentos da educação, podemos nos espelhar nestes campesinos e correr atrás dos nossos direitos. É inadmissível que deixemos a elite retirar o que foi garantido por longos anos através de lutas. Os negros, os pobres, as mulheres e os campesinos merecem ter um ensino de qualidade.

Entendo que a qualidade da educação também está relacionada com quesitos: cada escola do campo deveria ter o Projeto Político Pedagógico próprio. Desta maneira, atenderia as necessidades reais de cada instituição de ensino, com a participação de todos neste processo de construção.

Considerações Finais:

Ao longo dos anos vejo que a educação do campo tem sido tratada como objeto de estudo dos pesquisadores. Mas é notório que o investimento em recursos financeiro e humano são pontos importantes para que o campo não seja transformado em apenas como lugar de produção agrícola. As vivências trouxeram um novo olhar sobre a nossa realidade bem presente. Tudo isso serviu para conhecer situações que contribuirão para a minha formação inicial.

É sabido que existe a ausência de formação continuada voltada às áreas específicas do conhecimento para os professores que atuam no campo. Essa problemática interfere negativamente na qualidade do ensino e aprendizagem, pois eu como futuro profissional estarei apto para proporcionar aulas práticas. Entendo que o campo é um local bom para trabalhar, todavia muito ainda tem que ser feito para que haja mais valorização profissional.

Apesar dos inúmeros enfrentamentos diários no processo educacional, posso afirmar que as pessoas do campo são guerreiras e permanecem unidas em prol do bem comum. Sei que não é fácil resistir diante de um quadro de cortes nas verbas públicas ao longo dos anos. Tudo começa na esfera federal e logo mais afetarão os municípios. Se muitos gestores municipais não priorizam a educação do campo, agora estarão embasados na legislação para não investir.

Mas a palavra chave é lutar sempre por melhorias na qualidade da educação. Não é pelo fato dos recursos serem mínimos que os campesinos terão que aceitar as imposições de um governante que não ver a escola do campo como lugar de construção e troca de conhecimentos. Vejo que é indispensável ainda que sejam criados mecanismos para que haja a oferta e extensão do ensino, pois dessa forma o êxodo rural reduzirá.

Diante do que foi apresentado e levantado, digo que o problema de pesquisa foi alcançado. O TCC trouxe em seu enredo argumentações, contribuições e reflexões das vivências dos tempos-comunidade que foram relevantes em minha formação inicial.

O objetivo geral e os específicos foram alcançados. Conheci aspectos socioeducacional da comunidade em questão e analisei reflexivamente pontos importantes para a minha carreira acadêmica.

Conforme o que vivenciei, afirmo que os resultados alcançados foram positivos. Com base no relato de experiência, concluo que foram momentos importantes para a minha formação acadêmica e este relato servirá de subsídio teórico para outros graduandos, pois a educação do campo é um curso novo em Senador José Porfírio, ou seja, a primeira turma a se formar.

Em síntese, foi gratificante elaborar o relato, pelo fato de se tratar do que vivenciei durante os tempos comunidade. O trabalho em questão proporcionou a troca de conhecimento e uma aproximação maior entre eu e os comunitários. Entendo que cada momento foi importante para a minha formação inicial, pois conforme discussão, a boa relação gera resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Emanoelle Bonácio. **A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno**. Campinas, 2014, p. 18.

ANJOS, F.; Caldas, N. V. **O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

Base Nacional Comum Curricular, 1996, p. 321.

BONMANN, Patrícia Angélica. **Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica**, Ijuí, 2015, p. 23.

BONMANN, Patrícia Angélica. **Realidades das escolas do campo: um olhar Crítico sobre Espaços Físicos, Descasos, Construção de Políticas Públicas e Proposta Pedagógica**, Ijuí, 2015, p. 9.

BONMANN. Patrícia Angélica. **Realidades das escolas do campo: um olhar Crítico sobre Espaços Físicos, Descasos, Construção de Políticas Públicas e Proposta Pedagógica**, Ijuí, 2015, p. 23.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999 p. 89.

BRASIL. Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1/2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 205.**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.

CRUZ, Giseli Barreto. **A prática no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares**, 2007, p.197.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra**, 2005.

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos./Olga Freitas. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.**

FREITAS, Pedro Ferreira. **O direito à educação como direito da personalidade e mínimo existencial.** 2016, p. 48

Governo do Estado do Paraná. **O papel do diretor escolar e a organização do trabalho pedagógico: documentos norteadores da escola**, 2018, p. 4.

GUIMARÃES, Raidalva. **A escola cidadã e os desafios da sociedade pós-moderna.** Jornal Mundo Jovem, ano XLI, n° 334, março, 2003. Citado por: Jussiê Costa.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo**, 2008, p. 1.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo**, 2008, p. 9.

Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 28.
LEITE. Fabiane de Andrade, 2016, p. 8. **Contextualização no processo de ensinar Ciências da Natureza: reflexões de professores.**

MINOZZO, L.; CUNHA, G.; SPINDOLA, M. **A importância da capacitação para o uso de tecnologias da informação na prática pedagógica de professores de ciências.** Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada (Rica) Vol. 1. 2016, p. 2.

MORAN, José Manuel. MASETTO, Marcos T. BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª. Ed. São Paulo: Editora Papirus, 2010.

NETO, J. M. FRACALANZA, H. O livro didático de ciências: problemas e soluções. **Ciência & Educação**, v. 9, n, 2003, p.147-157.

OLIVEIRA, Wendel Cristian. **Alienação, sofrimento e adoecimento do professor na educação básica, 2015, p. 20.**

PACHECO, Luci Mary Duso. **Educação do Campo: desafios e perspectivas para a formação docente,** 2014, p. 7.

PACHECO, Luci Mary Duso. Educação do Campo: **Desafios e Perspectivas para a Formação Docente, 2014, p. 8.**

PERIPOLLI, Odimar J. **O esvaziamento do campo entre jovens camponeses versus educação/escola,** 2011, p. 8.

Portal.mec.gov.br/componente/tags/31965-caminho-da-escola

SANTOS 2017, Carla Cristina Sousa. **A interferência das Relações interpessoais na Gestão Escolar**. Santos**,** 2017 p. 16.

SANTOS, Carla Cristina Sousa. **A interferência das relações interpessoais na gestão escolar**. Porto, 2017*,* p. 43.

SANTOS, Carla Cristina Sousa. **A interferência das relações interpessoais na gestão escolar.** Porto, 2017, p. 9.

SANTOS. Edineide Cunha. **Classes multisseriadas: desafios, possibilidades e realidade da educação do campo,** p. 8, ano 2014**.**

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Brasília: IPEA, 2007.

SOUZA, Cirene Maria. **A compreensão da afetividade como elemento propulsor da melhoria do desempenho escolar-uma necessidade do saber docente,** 2014, p. 6.

SOUZA, Daniela Farias. **O processo de leitura e interpretação nas aulas de Língua Portuguesa à luz da análise do discurso,** 2014, p. 4.

SOUZA, J.V. de. **Avanços e recuos na implantação do projeto político pedagógico em rede de ensino**. In: RESENDE, L.M.G. de; VEIGA, I.P.A (Orgs). **Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.**

ZEFERINO, VÂNIA MARIA**. A educação do campo e seus desafios**. Nova Tebas, 2014, p. 7.